

Agenda Institucional do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Distrito Federal



Brasília
Março, 2024

Agenda Institucional do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Distrito Federal



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal
Agenda Institucional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Distrito Federal

Presidente: José Aparecido da Costa Freire

Vice-presidentes: 1º - Sebastião Eduardo Abritta Aguiar, 2º - Álvaro Siqueira Junior, 3º - Ovídio Maia Filho, Antônio Simoneto, Bartolomeu Gonçalves Martins, Cecin Sarkis Simão, Erivan De Souza Araújo, Francisco Joaquim Loiola, Glauco Oliveira Santana, Jael Antônio Da Silva, Luis Otávio Rocha Neves, Tallal Ahmad Ismail Khalil Abu Allan, William Vicente Bernardes

Vice-presidente Administrativo: Hélio Queiroz Da Silva

Vice-presidente Financeiro: Joaquim Pereira Dos Santos

Diretores Secretários: 1º - José Fernando Ferreira da Silva, 2º - Antônio Carlos Saraiva De Paiva

Diretores de Finanças: 1º - Francisco Valdenir Machado Elias, 2º - Célio Ferreira de Paiva

Diretores Adjuntos: Augustus Bruno Von Sperling, Cristiane Carvalho Mendes, Francisco Messias Vasconcelos, Francisco Sávio de Oliveira, Geraldo César de Araújo, Jair Magalhães Júnior, Lázaro Donizete dos Santos, Lysipo Torminn Gomide, Milton Carlos da Silva Roberto Gomide Castanheira

Diretores Suplentes: Alexandre Augusto Bittencourt, Amadeu Cecílio Ceciliano Junior, Antônio Carlos de Aguiar, Edson de Castro, Eduardo Pereira da Silva, Ennius Marcus de Moraes Muniz, Gustavo Nakanishi, José Carlos Magalhães Pinto, Luíza Fernandes Bautista, Perseu Iuata Costa

Conselho Fiscal - Efetivos: 1º - Jó Rufino Alves, 2º - Hamilton César Junqueira Guimarães, 3º - Antônio Fernandes De Sousa Filho

Conselho Fiscal - Suplentes: 1º - Edésio da Silva Gontijo, 2º - Alessandro Nunes Galvão, 3º - Edircéa Maria de Oliveira Souza

Conselho Consultivo Presidente: Alberto Salvatore Giovanni Vilardo

Conselheiros: Antônio José Matias de Sousa, Edy Elly Bender Kohnert Seidler, Mitri Moufarrege, Rogério Tokarski, Fábio de Carvalho, Érico Cagali

Representantes junto à CNC - Efetivos: José Aparecido da Costa Freire, Leonardo Moreira Prudente

Suplentes: Álvaro Silveira Júnior, Sebastião Eduardo Abritta Aguiar

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024

Redação técnica: Fecomércio-DF, CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e Diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Distrito Federal
Agenda Estadual do Comércio de Bens Serviços e Turismo: Distrito Federal /
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do
Distrito Federal. – 2. ed. – Distrito Federal : Fecomércio, 2024.
19 p. : il. color.

1. Gestão Pública. 2. Negócios. 3. Infraestrutura. 4. Tributação. 5. Distrito
Federal. I. Título.

CDD 351

Sumário

Apresentação	4
Somando esforços	5
Introdução	6
Caminho para o desenvolvimento	7
Ambiente de Negócios	8
Segurança Pública	9
Promoção do empreendedorismo e da economia criativa	9
Transformação digital do setor público e política de dados	10
Comércio exterior	10
Combate à concorrência desleal	11
Infraestrutura	12
Mobilidade urbana e transporte público de passageiros	13
Energia limpa	13
Ordenamento urbano e legislação	14
Ampliação do saneamento básico	14
Telecomunicação	15
Tributação	16
Redução da carga tributária	17
Incentivos fiscais	17
Transparência	18
Obrigações Acessórias	18
Concorrência desleal	18
Passivo tributário	19
Relação Fisco x contribuinte	19
Considerações adicionais	19
Segurança Jurídica	20



Apresentação

Somando esforços

O segmento que é um dos pilares da economia brasileira, gerador de milhões de empregos e responsável por aproximadamente um terço do nosso Produto Interno Bruto (PIB) defende um Brasil melhor e com oportunidades para todos.

É o propósito que motiva a construção deste documento: uma agenda propositiva e permanente para balizar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos brasileiros.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio contempla uma série de pautas importantes para impulsionar o setor terciário em seus diferentes níveis. Ela nasce de um amplo diálogo que envolve empresários, trabalhadores, o poder público, a sociedade e seus representantes.

Queremos que as ideias e recomendações expressas neste documento ganhem visibilidade e repercutam no espectro político-econômico. São contribuições fundamentadas na representatividade de quase oito décadas do Sistema Comércio, que é liderado pela CNC e composto por Federações, Sindicatos e nossos braços sociais para educação, cultura, lazer, assistência, saúde e sustentabilidade – o Sesc e o Senac.

No âmbito local, a construção dessas propostas é liderada pela Federação do Comércio, à qual cabe articular as demandas do empresariado e fortalecer o ambiente de negócios, buscando condições justas de trabalho e que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo se destaca por sua abrangência e seu dinamismo. Abrange, ao mesmo tempo, atividades tradicionais e de alta tecnologia. E tem se diversificado cada vez mais, atendendo às demandas complexas e em constante transformação da sociedade moderna.

Ainda enfrentamos uma série de desafios. Precisamos melhorar a infraestrutura, investir na qualidade dos serviços, aperfeiçoar os mecanismos regulatórios. E esta Agenda é um instrumento essencial para alcançar esses objetivos.

Em seu conjunto de propostas estão demandas comuns a todos os entes federativos e temas que contemplam as particularidades regionais.

Estamos dispostos ao diálogo, empenhados em estimular o desenvolvimento, a atividade empreendedora e a redução das desigualdades.

Queremos somar esforços pelo país que todos sonhamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

José Aparecido da Costa Freire

Presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac do Distrito Federal



José
Roberto
Tadros



José Aparecido
da Costa
Freire



Introdução

Caminho para o desenvolvimento

O presente documento apresenta, nas próximas páginas, a Agenda Institucional do Sistema Comércio no Distrito Federal, um plano de atuação que traz um conjunto de propostas consolidado pela Federação do Comércio para nortear a formulação de políticas públicas que fortaleçam o empresariado local e respondam aos anseios da população.

Os levantamentos econômicos mais recentes mostram que o DF possui 141.256 estabelecimentos, dos quais 40.089 são voltados para o Comércio, 76.409 para o segmento de Serviços e 9.052 para o Turismo. Os demais ficam por conta do Agronegócio, com 1.409, e da Indústria, com 14.297 unidades.

A participação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do DF foi de 94,7%, assim distribuídos: Serviços, 86,2%; Comércio, 5,4%; e Turismo, 3,1%. A Agropecuária e a Indústria somaram 5,3% no VAB.

A análise desses dados e os movimentos concretos das políticas públicas para o desenvolvimento regional resultarão em colheitas generosas no futuro próximo. Nesta publicação mostramos as principais dificuldades enfrentadas por cada setor para empreender no DF e, mais importante, as suas soluções, que visam impulsionar o crescimento e promover melhorias em educação, infraestrutura e serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

As Agendas Estaduais são instrumentos estratégicos que marcam a mobilização nacional do Sistema Comércio em favor do país. Por meio do engajamento das Federações e dos Sindicatos, com o apoio institucional do Sesc e do Senac, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou várias plenárias virtuais e encontros regionais para levantar temas de interesse e as principais necessidades dos setores sob o olhar do empresário do setor terciário.

Graças a essa ação conjunta, foi possível reunir lideranças sindicais e empresariais para compreender as demandas e realidades de cada unidade da federação, aprofundando o diálogo e contribuindo para a construção de propostas robustas.

As análises dos planos de governo e das políticas públicas locais foram etapas fundamentais na elaboração deste documento, demonstrando nosso compromisso com a busca de soluções eficazes junto aos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2023, fruto dessa construção coletiva e colaborativa do Sistema Comércio, a Agenda Institucional do Sistema Comércio foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em um evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), que reuniu mais de 800 convidados, incluindo 115 parlamentares federais, além de empresários, lideranças sindicais e presidentes de todas as Federações do país, entre elas as Fecomércios, Fenacon, Fenavist, Fecombustíveis, Fenacor, Feaduanheiros, Febrac e FBHA.

Neste ano, queremos avançar ainda mais como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, reafirmando nosso compromisso de contribuir para a formulação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar, o crescimento, a geração de emprego e renda.

O Sistema Comércio, ciente das suas responsabilidades e fiel à sua bem-sucedida trajetória de quase oito décadas, segue trabalhando incansavelmente e de forma integrada pelo Brasil e pelos brasileiros.

Saiba mais
sobre a
atuação do
**Sistema
Comércio
no estado**





Ambiente de Negócios

Segurança Pública

Contextualização:

A segurança pública é um dos temas que mais preocupam os empresários do setor de comércio de bens, serviços e turismo do Distrito Federal. O problema ocorre não somente nas áreas centrais das Regiões Administrativas, mas também nos arredores, onde muitas lojas se instalaram para atender às demandas das populações. Em especial na região central do Plano Piloto, o clima de insegurança e os frequentes episódios de assaltos prejudicam o comércio. Quando o setor produtivo demanda por melhorias, como a assistência e realocação das populações em situação de vulnerabilidade e de rua, as ações e respostas nem sempre são eficientes.

Posicionamento:

Sugerimos a criação de um programa de segurança social e econômica, com a valorização do empresariado. Além disso, é preciso analisar orçamento enquanto questão produtiva, e não questão política. Ainda para melhorar a segurança, sugerimos a revitalização e reurbanização das áreas turísticas e centrais de Brasília. Por fim, a integração dos sistemas eletrônicos entre os setores público e privado.

Promoção do empreendedorismo e da economia criativa

Contextualização:

Na atual conjuntura, a própria definição de economia criativa, entre os órgãos da administração pública, é heterogênea. Essa diversidade de conceitos gera uma ausência de estratégia nas agendas de desenvolvimento econômico. Além disso, os níveis de investimento para a promoção do empreendedorismo e da economia criativa são baixos.

Posicionamento:

Entendemos que, além de unificar sua definição, faz-se necessário ampliar as políticas públicas para a economia criativa com a participação de representantes do setor produtivo. Defendemos, também, o desenvolvimento de territórios criativos e tecnológicos, vinculados às políticas de incentivo, infraestrutura e formação, bem como a promoção e financiamento da atualização permanente de dados indicadores dos domínios criativos e tecnológicos.

Transformação digital do setor público e política de dados

Contextualização:

A Junta Comercial do Distrito Federal (DF) é exemplo para outras partes do País, pois faz um trabalho célere e tecnológico na abertura e fechamento de empresas. Outro modelo relevante de citar no DF é o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que surgiu com o objetivo de modernizar e tornar os processos físicos em modelos digitais. Contudo, apesar digitalização dos sistemas, os processos ainda são físicos e burocráticos. Não existe também a integração de dados entre os órgãos públicos com disponibilização para a sociedade civil, bem como inteligência formada a partir do uso de dados.

Posicionamento:

Entendemos ser inevitável, para a melhora do cenário supracitado, a criação de um ambiente digital e imersivo de todos os serviços para a atividade empresarial; e a disponibilização, por parte do governo, de informações e dados para o setor privado, bem como criar uma central de integração de dados para formulação estratégica da política de desenvolvimento econômico (Big Data).

Comércio exterior

Contextualização:

Segundo Nota Técnica divulgada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) em 2020, o Distrito Federal não possui participação relevante no que se refere às exportações, comparado com as demais unidades da Federação. Importante salientar que as importações operam em maior porcentagem que as exportações, gerando uma balança comercial deficitária no DF. Algumas das justificativas dos dados acima devem-se ao desconhecimento dos micro e pequenos empresários sobre o funcionamento do comércio exterior; à falta na matriz educacional (nível médio e superior) sobre o tema; e à insuficiência de mão de obra especializada (contadores, advogados) para firmar contratos internacionais. Segundo nota divulgada pelo Itamaraty, Brasília está entre as 15 cidades do mundo com mais representações diplomáticas sediadas. Além disso, o Aeroporto Internacional Juscelino Kubistchek (JK) foi considerado o melhor do Brasil.

Posicionamento:

Entendemos ser indispensável, por questões estratégicas, desmistificar o comércio exterior, por meio da ampliação dos programas de internacionalização dos médio e pequenos negócios; promover a inserção de produtos e serviços das empresas regionais em marketplaces internacionais; e incentivar que os negócios nasçam com visão estratégica internacional, bem como criar propostas de lei de incentivo à exportação e aos negócios internacionais.

Combate à concorrência desleal

Contextualização:

O art. 195 da Lei de Propriedade Intelectual (Lei nº 9.279, de 1996) define quais fatores determinam quem comete concorrência desleal. Analisando esses elementos, estão alguns exemplos como a divulgação de informações falsas sobre o concorrente; utilizar meios fraudulentos para desviar clientes de outrem; e venda de produtos falsificados, dentre outros. Analisando a realidade do Distrito Federal, algumas empresas encontram dificuldade nos processos de licitação, já que o estado que produz ou que detém o centro de distribuições com fortes incentivos fiscais reúne melhores condições na precificação que as empresas locais.

Posicionamento:

Sugerimos fortalecer as empresas locais através de incentivos fiscais e criação de programas e projetos empresariais locais, essenciais para que haja uma melhora na situação acima.



Infraestrutura

Mobilidade urbana e transporte público de passageiros

Contextualização:

O Distrito Federal carece de uma malha rodoviária capaz de atender a todas as suas regiões comerciais. O Setor de Clubes é um exemplo de local de difícil acesso para as pessoas que lá trabalham. Em alguns pontos só é possível chegar de carro. Águas Claras também é uma cidade onde a mobilidade urbana sofre com a falta de uma estrutura capaz de atender de forma eficiente seus trabalhadores e moradores. O mesmo problema se repete em localidades como Ceilândia, Park Way e Sol Nascente, entre outras.

Posicionamento:

Demandamos das autoridades competentes que haja, nessas localidades, transporte intraurbano (circular, micro-ônibus), com linha mais acessíveis, para que seja garantido acesso da população aos comércios locais. É necessário, também, que haja ampliação das linhas do metrô para Planaltina, Sobradinho e Asa Norte, assim como extensão do seu horário de funcionamento. Sugere-se também a utilização da ferrovia já existente no Distrito Federal para ligar Brasília a Luziânia, visando ao transporte de passageiros. Aliado a isso, o reforço na segurança pública para garantir acesso aos comércios locais, assim como investimentos em iluminação pública, implantação de anéis viários e concretização do polo logístico. Por fim, clamamos também pela instalação de estacionamentos rotativos (zona azul) nas regiões onde há maior concentração de carros, com objetivo de aumentar o fluxo de clientes no comércio de rua.

Energia limpa

Contextualização:

O Distrito Federal possui grande potencial geográfico e vocação para investimento em políticas sustentáveis, como energia limpa, economia de baixo carbono, tratamento de afluentes e coleta de lixo eficiente, capaz de transformar dejetos em energia. No entanto, não há estímulo a essas ações, que têm grande potencial de alavancar o desenvolvimento da economia local.

Posicionamento:

Solicitamos mais atenção para as políticas de meio ambiente, com responsabilidade social e governança. Assim como investimento em energia solar; e incentivos para a montagem de energia limpa, com isenção ou redução do IPTU, por exemplo, além de estímulo para compra de energia limpa. Recomendamos atenção para a Lei de Carbono Zero junto ao governo federal.

Ordenamento urbano e legislação

Contextualização:

Há várias décadas, o Distrito Federal vem sendo palco de inúmeros processos de loteamento irregular e invasão de terras. Embora muitas cidades nascidas de forma desordenada tenham sido regularizadas posteriormente, o problema da falta de planejamento assola comunidades e afeta a vida das pessoas em diversos aspectos. Por outro lado, Brasília, cidade tombada pela Unesco, mantém-se rígida em alguns aspectos, devido às regras de preservação do patrimônio mundial. Com o aumento populacional e desenvolvimento econômico do Distrito Federal, faz-se necessário atualizar o ordenamento territorial para uso e ocupação de áreas que estão protegidas pela legislação.

Posicionamento:

Recomendamos agilidade nos processos de revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), assim como do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Para destravar o processo de desenvolvimento econômico das cidades, sugere-se desburocratizar a emissão de alvarás de funcionamento, assim como atuar fortemente na regularização de lotes; e aumentar a extensão de uso nos CNAEs, principalmente na região da Orla do Lago, permitindo, por exemplo, que os clubes possam instalar creches e atender à demanda gerada por trabalhadoras e empreendedoras.

Ampliação do saneamento básico

Contextualização:

A ausência de coleta seletiva eficiente no Distrito Federal compromete a vida útil do Aterro Sanitário de Brasília, que deve funcionar só até 2030.

Posicionamento:

Reivindicamos política e campanha de conscientização da coleta seletiva, para que o descarte eficiente de lixo possa se tornar um ativo econômico, a exemplo de cidades como São Francisco, nos Estados Unidos, e Amsterdã, na Holanda. Para isso, é necessário que haja fiscalização.

Telecomunicação

Contextualização:

A infraestrutura de telecomunicação no Distrito Federal ainda não atingiu o patamar de excelência que poderia ter. Há muitos cabos aparentes por diversas regiões, o que causa poluição visual e aspecto de degradação da paisagem. Ademais, boa parte do material usado está ultrapassado. Soma-se a isso o problema de furtos de cabos e outros materiais, que causa diversos problemas, como interrupção de serviços, principalmente no período chuvoso.

Posicionamento:

É necessário que haja uma previsão de melhoria para toda a estrutura de telecomunicação nas novas construções. Além disso, é preciso atuar mais ostensivamente na segurança e prevenção de furtos.



Tributação

Redução da carga tributária

Contextualização:

O Distrito Federal, na condição de cidade-estado, com dupla competência tributária, esteve até o início dos anos 2000 impedido de equalizar sua carga tributária com as demais unidades federadas, especialmente com aquelas que sempre praticaram uma ousada política de atração de empresas mediante concessão de favores e incentivos fiscais. Contrariamente, ao menor sinal de desequilíbrio das contas públicas, o DF recorreu à majoração da carga tributária. Nos últimos anos, foram empreendidos esforços objetivando melhoria na competitividade das nossas empresas e no fortalecimento da economia local. Entretanto, alguns setores ainda convivem com alta carga tributária, a exemplo do segmento de medicamentos. Ao não considerar a essencialidade do produto e as facilidades na sua circulação, acaba-se comprometendo a sobrevivência das pequenas empresas e onerando os consumidores mais fragilizados.

Posicionamento:

Defendemos como importante e necessária a revisão de alíquotas, considerando a essencialidade do bem ou serviço e a equalização da carga tributária com os estados da Região Centro-Oeste.

Incentivos fiscais

Contextualização:

A concessão de incentivos fiscais; o tratamento diferenciado entre setores do comércio; e as diferentes formas de apuração e recolhimento do tributo provocam distorções no mercado interno em prejuízo de alguns segmentos varejistas, sem reunir condições para o enfrentamento da concorrência externa no abastecimento do comércio varejista local e a consolidação do DF como centro de distribuição para as regiões Norte e Nordeste.

Posicionamento:

Defendemos o rigoroso monitoramento e, quando justificável, a revisão e/ou aprimoramento dos incentivos fiscais, na busca da ampla justiça fiscal e da competitividade das empresas.

Transparência

Contextualização:

O empresário sofre o desgaste da carga tributária na convivência com o consumidor, haja vista a falta de clareza na composição do preço final do produto ou serviço e o valor correspondente aos tributos a serem recolhidos para os entes federativos.

Posicionamento:

Defendemos que o valor dos impostos a serem recolhidos aos entes federativos sejam dissociados do valor do bem ou serviço.

Obrigações Acessórias

Contextualização:

O emaranhado de normas às vezes conflitantes; as constantes alterações nem sempre claras e objetivas; e a necessidade de monitorar, interpretar e aplicar provocam insegurança jurídica, custos e autuações que reduzem a competitividade das empresas e inibem o empreendedorismo.

Posicionamento:

Defendemos esclarecer e informar ao cidadão, a partir do ato de consumir e/ou contratar serviços, sua contribuição para a consecução de políticas públicas e a manutenção da máquina pública.

Concorrência desleal

Contextualização:

O comércio varejista distrital sofre com a invasão do mercado local pelas empresas situadas no entorno; compras diretas da indústria e/ou distribuidor; comércio eletrônico; e até de produtos chineses colocados no mercado nem sempre de forma regular.

Posicionamento:

Defendemos o rigoroso controle da entrada, circulação e exposição de produtos à venda no DF.

Passivo tributário

Contextualização:

Em razão das distorções do sistema tributário, da inconstância normativa e da morosidade no sistema de consulta, as empresas convivem com um passivo tributário (crédito tributário constituído) sem que haja capacidade de pagamento nas modalidades de parcelamento hoje existentes.

Posicionamento:

Defendemos adoção no Distrito Federal do instituto da transação tributária na busca por justiça fiscal.

Relação Fisco x contribuinte

Contextualização:

Reconhecemos os enormes avanços na relação Fisco x contribuinte como resultado da evolução tecnológica e da ação proativa dos atores envolvidos. Entretanto, a comunicação precisa avançar para a consolidação de uma parceria na busca do crescimento econômico e do bem-estar social.

Posicionamento:

Defendemos a retomada de discussões com vistas à melhoria da comunicação entre o Fisco e o contribuinte, bem como a discussão e aprovação de um código de defesa e/ou relação entre o Fisco e o contribuinte de modo a disciplinar e tornar transparente e segura a convivência.

Considerações adicionais

Por fim, concluímos que o sistema tributário nacional se exauriu na capacidade de financiar o Estado, permitir competitividade as empresas e ter aderência com as especificidades de cada unidade federada, especialmente no que diz respeito aos tributos que incidem sobre o consumo.

O enfrentamento dos desequilíbrios regionais, a defesa do crescimento econômico e o fortalecimento da economia mediante a concessão de incentivos fiscais resultaram no completo desarranjo do

sistema, e hoje oneram sobremaneira o setor produtivo. Uma realidade demasiadamente cruel com o Distrito Federal, haja vista ser a última unidade federal a utilizar-se de incentivos fiscais para o fortalecimento de sua economia.

Isto posto, definimos como posicionamento e prioridade a discussão e aprovação de uma reforma tributária fundada na simplificação, neutralidade, princípio destino e na desoneração do consumo, tendo como parâmetro um amplo diagnóstico dos problemas.

Enquanto aguardamos a materialização da reforma tributária, e na fase de transição, propugnamos a criação de um fórum permanente de discussão da política tributária e fiscal distrital, com a participação de representantes do Poder Executivo, Poder Legislativo e do setor produtivo, com vistas a monitoramento, análise, discussão e sugestão de alterações no âmbito do Simples Nacional, incentivos fiscais, substituição tributária, desburocratização, otimização e simplificação das obrigações tributárias, sempre em busca da justiça fiscal e da competitividade das empresas; da geração de emprego e renda; e da arrecadação tributária.

Segurança Jurídica

Contextualização:

Os empresários locais têm enfrentado grandes dificuldades junto aos órgãos do GDF, acarretando sérios entraves para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Dentre elas, estão morosidade das respostas das solicitações em geral, bem como das consultas de viabilidade econômica; e o excesso de burocracia na obtenção de licenças de funcionamento, alvarás e aprovação de projetos. Os órgãos de fiscalização e regulamentação da atividade empresarial não se comunicam, acarretando uma sobreposição de atribuições e exigências.

Posicionamento:

Com o intuito de criar um ambiente favorável ao empreendedorismo, em especial quanto à segurança jurídica que deve fundamentar os negócios e a atuação dos empresários, defendemos o incentivo a um cenário menos burocrático, com mais clareza nas normas regulamentadoras e com fixação de prazos para respostas, sob pena de responsabilização dos servidores que não atuarem de acordo com a sua atribuição. Incentivar a criação de leis que possam flexibilizar a forma de contratação, a exemplo da Lei do Profissional Parceiro. São estas as considerações mais urgentes no âmbito da segurança jurídica, as que merecem maior atenção para o exercício profícuo da atividade econômica.

